

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA - PARANÁ

Edital 001/2011 - DATA DA PROVA: 11/03/2012

PERÍODO DE PROVA: MANHÃ



FAUEL

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina

CARGO: ADVOGADO

CARGO: ADVOGADO

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

- 1 Identifique-se na parte inferior desta capa;
- 2 Você dispõe de três horas para responder todas as questões e preencher o Cartão Resposta;
- 3 Utilize caneta esferográfica azul ou preta;
- 4 O candidato só poderá se retirar da sala, após 1 (uma) hora do início das provas;
- 5 Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma opção de resposta correta;
- 6 Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas que possam dificultar a leitura. Detectado algum problema, comunique imediatamente ao fiscal;
- 7 Utilize o caderno de prova como rascunho se necessário, mas deverá assinalar o Cartão Resposta que acompanha a prova;
- 8 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;
- 9 Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta;
- 10 Este caderno de prova contém, 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d);
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao fiscal o caderno de prova e o Cartão Resposta;
- 12 Assine o cartão resposta no verso.

Identificação do candidato	
Nome (em letra de forma)	Nº da inscrição

Boa Prova!

1º Teria eu uns doze anos quando um dia me assaltou a mente, com particular relevo, a ideia de que o mundo já existira sem mim. Essa ideia é aparentemente trivial, pois nenhum de nós, em são juízo, pretende ter sido companheiro de armas de Carlos Magno, ou tripulante da caravela de Cristóvão Colombo. O mundo, evidentemente, era mais antigo do que o menino que suspendia o brinquedo para olhar em volta de si com estranheza; ali estavam as pessoas mais velhas, as grossas árvores, as casas, as montanhas, tudo a me falar de uma história anterior e de um cenário anterior. Mas o caso é que eu, _____, achava muito _____ essa ideia tão simples.

2º As pessoas mais velhas tinham um _____ perturbador: bastava-lhes querer, para que dentro delas se armasse um mundo em que eu não era, nem havia necessidade que fosse. Pedia então à mamãe:

3º – Conta uma história de antigamente.

4º Ela contava. A gente grande virava criança, os mortos saíam das sepulturas, e as crianças como eu, nesse recuo, mergulhavam na morte branca do não-ser. E de todas as transmutações era essa a que me parecia mais incompreensível. Na história que minha mãe contava, os personagens não davam por falta de mim; ninguém esperava por mim. Os mortos mais mortos, que não chegavam a emergir na data do episódio, eram todavia lembrados, e lá estavam presentes pelos ecos e vestígios. Havia o Barão, a tia Elvira, que fora ao baile da Ilha Fiscal, o Juvêncio, negro legendário pelos exemplos de fidelidade e dedicação. O nome deles, a saudade deles entrava na história. A marca deles. Eu não. Naquela cena vagamente amarela, que eu via desenhar-se atrás da testa de minha mãe, revivia um mundo em que eu não era; nem havia necessidade que fosse.

Lições de abismo. Rio de Janeiro: Agir, 1989, p. 69-71.

01 - Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- a) de repente – esquisita – privilégio.
- b) derrepente – esquizita – privilégio.
- c) de repente – esquisita – privilégio.
- d) derepente – esquizita – privilégio.

02 - Analise as afirmativas relacionadas ao texto:

I - Para o narrador a transmutação mais incompreensível é a das crianças deixarem de existir, não participarem das histórias de antigamente.

II - Para o narrador a morte do não ser é branca, porque a cor branca é associada à ausência ao nada.

III - Para o menino ouvir uma história de antigamente era uma forma de compensar a vantagem que tinham as pessoas mais velhas.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

03 - Em “Mas o caso é que eu,” ... (1º parágrafo) o nexso mas poderia ser substituído sem prejuízo algum para a frase, por qualquer um dos citados abaixo, exceto:

- a) conquanto.
- b) contudo.
- c) porém.
- d) todavia.

04 - Sobre a acentuação gráfica das palavras do texto assinale a alternativa incorreta:

- a) As paroxítonas *Juvêncio* e *história* são acentuadas porque terminam em ditongo.
- b) As palavras *árvore* e *cenário* são proparoxítonas.
- c) As palavras *juízo* e *saída* são acentuadas por ser o “i” tônico de um hiato.
- d) Os monossílabos *lá*, *já* e *nós* são acentuados por serem tônicos terminados em “a” e “o(s)”.

05 - Todas as expressões retiradas do texto estão corretamente substituídas por uma expressão equivalente que seria usada numa linguagem menos formal, exceto:

- a) me assaltou a mente (1º parágrafo) = me ocorreu.
- b) com particular relevo (2º parágrafo) = com individual notabilidade.
- c) bastava-lhes querer (2º parágrafo) = só precisavam querer.
- d) não chegaram a emergir (4º parágrafo) = não chegavam a aflorar.

06 - O atual Ministro da Pesca e Aquicultura, é filiado a que Partido Político da base aliada da Presidente Dilma Rousseff?

- a) PHS – SP.
- b) PRB – RJ.
- c) PSC – MG.
- d) PTC – RS.

07 - Quando o povoado que mais tarde transformou-se no atual município de Nova Fátima foi elevado a categoria de Distrito Administrativo, recebeu oficialmente o nome de:

- a) Divisora.
- b) Nossa Senhora da Luz.
- c) Três Fazendas.
- d) Tulhas.

08 - Quem chegou à região onde hoje localiza-se o município de Nova Fátima em 1.940 e depois de adquirir 10 alqueires de terras, fundou o “Patrimônio da Luz”?

- a) Antônio José Fogaça.
- b) Martiniano de Campos.
- c) Pedro Marçal Ribeiro.
- d) Sebastião Nicolau Frões.

09 - Todas as alternativas abaixo apresentam nomes de pessoas que também podem ser consideradas como pioneiros e fundadores do “Patrimônio da Luz”, pois também promoveram o loteamento de suas terras, EXCETO:

- a) Carlos Ross.
- b) Geraldo de Proença Sigaud.
- c) Gustavo Schenfelder.
- d) Lupércio Amaral Soares.

10 - A cidade de Fátima, a qual Dom Geraldo de Proença Sigaud encontrou certa semelhança entre sua topografia e a do município de Nova Fátima localiza-se em que país europeu?

- a) Espanha.
- b) França.
- c) Itália.
- d) Portugal.

11 - Segundo as disposições da Constituição Federal sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a incorreta:

- a) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

12 - Considerando as disposições constitucionais acerca dos Municípios, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual.
- b) O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete) por cento para municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes.
- c) A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- d) As contas dos Municípios ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.

13 - Segundo o artigo 37 da Constituição Federal, a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos:

- a) É livre, pois pode conter nomes, símbolos e imagens de autoridade ou servidores públicos, mesmo que caracterizem promoção pessoal.
- b) Não é admitida, pois causa benefício ao detentor de mandato que é candidato a reeleição.
- c) Só pode ocorrer com autorização judicial, visando garantir o equilíbrio de condições entre candidatos nas próximas eleições.
- d) É admitida quando possuir caráter educativo, informativo ou de orientação e não poderá conter nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

14 - Nos termos da Constituição Federal os municípios partilham com os Estados o produto:

- a) Da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- b) Da arrecadação do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens e direitos.

- c) Da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, nos termos da lei.
- d) Da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativa a imóveis localizados no respectivo município.

15 - Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a ordem econômica e financeira, o exercício de qualquer atividade econômica:

- a) É livre, mas sempre depende de autorização dos órgãos públicos vinculados a atividade que será exercida.
- b) É livre e independe, em qualquer hipótese, da autorização dos órgãos públicos.
- c) É livre e independe da autorização de órgãos públicos, salvo os casos previstos em lei.
- d) É vinculada, pois depende de autorização judicial e dos órgãos públicos.

16 - Assinale a alternativa correta sobre atos administrativos:

- a) Os fundamentos que sempre caracterizam a declaração de nulidade de um ato administrativo pela Administração Pública são a conveniência e oportunidade.
- b) A revogação e a anulação de um ato administrativo podem ser perpetradas pela Administração Pública e pelo Poder Judiciário.
- c) Em regra a anulação de um ato administrativo gera efeitos *ex tunc* e a revogação efeitos *ex nunc*.
- d) Os atos exauridos e os que determinam uma providência material já executada também podem ser objeto de revogação pela Administração Pública, desde que não causem prejuízo ao particular.

17 - Nos termos da lei de licitações, a inexigibilidade do procedimento licitatório compreende, exceto:

- a) A inviabilidade de competição.
- b) A contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) A possibilidade de competição entre licitantes, mas que por determinadas razões de interesse público justificam a contratação direta, sem licitação.
- d) A contratação e serviços técnicos de natureza singular com profissionais de notória especialização.

18 - Segundo as normas de direito administrativo, os contratos administrativos se caracterizam, exceto:

- a) Pela participação do Poder Público ou da Administração Pública como parte contratante.
- b) Pela finalidade de consecução do interesse público, que gera a mutabilidade do contrato.
- c) Pela presença de cláusulas exorbitantes, que colocam a Administração em posição de supremacia.
- d) Pela ausência de obrigatoriedade do procedimento de licitação.

19 - Considerando as normas de direito administrativo, os serviços que a Administração reconhece a conveniência, mas não a essencialidade de sua prestação, que pode ser feita diretamente, ou por terceiros, mediante a concessão ou permissão, de acordo com a regulamentação e o controle estatal, que podem ser remunerados pelos usuários e que proporcionam conforto e bem-estar dos indivíduos, tais como transporte coletivo e telefonia, são denominados:

- a) Serviços públicos propriamente ditos.
- b) Serviços de utilidade pública.
- c) Serviços próprios.
- d) Serviços sociais.

20 - Os bens públicos:

- a) Afetados são inalienáveis e impenhoráveis.
- b) Desafetados são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis.
- c) Dominicais não podem ser gravados de ônus e alienados.
- d) De uso especial podem ser utilizados por todos, sem distinções nem necessidade de consentimento da Administração Pública, pois estão abertos à utilização pública, tais como praças, estradas e rios.

21 - A um contribuinte foi aplicada uma multa no valor R\$- 500,00 (quinhentos reais), pela prática de uma infração. Ofereceu defesa perante a esfera administrativa e antes que esta fosse julgada, foi editada uma lei que reduziu o valor da penalidade aplicada para metade, ou seja, R\$- 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Considerando o disposto no artigo 106 do Código Tributário Nacional e o fato do contribuinte ser o sujeito passivo da infração, a multa devida é de:

- a) 500,00 (quinhentos reais), pois cometeu a infração na vigência da lei anterior.
- b) 250,00 (duzentos e cinquenta reais), pois no caso se aplica o princípio da isonomia.
- c) 250,00 (duzentos e cinquenta reais), tendo em vista o princípio da retroatividade da lei mais favorável ao infrator.
- d) 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista que a lei tributária nunca retroage, mesmo que para beneficiar o infrator.

22 - Nos termos do Código Tributário Nacional a concessão de medida liminar em mandado de segurança ou tutela antecipada em ação judicial:

- a) Não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- b) Impede o lançamento do crédito tributário.
- c) Impede a fiscalização e o exame de livros por parte da Administração Tributária.

d) Impede a cobrança do tributo, inclusive, a prática de certos atos pela Administração, tais como inscrição em dívida, execução e penhora.

23 - Considerando as regras de responsabilidade tributária nos termos do Código Tributário Nacional, não é pessoalmente responsável:

- a) O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos a bens adquiridos ou remidos.
- b) O pai ou mãe, pelos tributos devidos por seus filhos menores, nos atos que intervierem.
- c) O Espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da abertura da sucessão.
- d) O sucessor a qualquer título ou cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação.

24 - Considerando as normas constitucionais e da legislação tributária, o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU:

- a) Tem como base de cálculo o valor de compra e venda do imóvel, que deve ser auferido por avaliação imobiliária.
- b) Não pode ter alíquota progressiva no tempo.
- c) Admite a seletividade e a progressividade no tempo e em razão do valor do imóvel.
- d) É lançado por declaração oferecida pelo contribuinte.

25 - Nos termos da legislação civil, a compensação:

- a) Somente ocorre entre dívidas líquidas, vencidas, de coisas fungíveis e infungíveis.
- b) É admitida mesmo quando a causa da dívida provier de comodato, depósito ou alimentos.
- c) Não pode ser renunciada ou excluída, mesmo que por mútuo acordo das partes envolvidas.
- d) Não é admitida em prejuízo de direito de terceiro.

26 - Considerando as disposições no Código Civil, não se configura hipótese de suspensão da prescrição:

- a) Apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou concurso de credores.
- b) A existência de condição suspensiva.
- c) A existência de ação de evicção.
- d) O não vencimento do prazo do contrato ou da dívida.

27 - Nos termos da legislação civil, a servidão:

- a) Não pode sofrer usucapião, mesmo após seu uso incontestado e contínuo.
- b) Proporciona utilidade para o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- c) Não poderá ser removida, em qualquer hipótese, pelo dono do prédio serviente, mesmo que sem prejuízo do prédio dominante.
- d) Não pode ser cancelada ou extinta a pedido do dono do prédio serviente, mesmo que não esteja sendo utilizada há mais de dez anos.

28 - Considerando o disposto no Código de Processo Civil a respeito da revelia, é correto afirmar:

- a) Ainda que ocorra a revelia o autor poderá alterar o pedido ou causa de pedir sem promover nova citação, pois o réu já deixou de contestar a ação.
- b) Os prazos correm independentemente de intimação, a partir de cada ato decisório, contra o revel que não possua advogado nos autos.
- c) Ocorrerá a revelia, mesmo se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- d) Após a audiência de instrução e julgamento, o réu não poderá mais intervir no processo.

29 - Acerca da coisa julgada, assinale a alternativa incorreta:

- a) Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- b) A sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.
- c) Os motivos da sentença e a verdade dos fatos, estabelecida como seu fundamento, fazem coisa julgada formal e material.
- d) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros.

30 - Os empregados regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho que trabalhem em regime de tempo parcial:

- a) Podem de ter jornada de trabalho que não exceda a 30 (trinta) horas semanais.
- b) Recebem o mesmo salário pago aos empregados que cumprem as mesmas funções em tempo integral.
- c) Poderão prestar horas extras em número não excedente a 02 (duas) horas, mediante contrato coletivo de trabalho.
- d) Não poderão prestar horas extras.